

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Mensagem da Administração

Senhores acionistas,
A Administração da Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sob o contexto hidrológico, o ano de 2017 seguiu a mesma sistemática dos anos anteriores, com redução substancial na quantidade de precipitações, se comparado com as médias históricas. Persistimos convivendo com os desafios da estiagem, o que reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, com reflexos bastante severos na região Norte e, consequentemente, na própria UHE Peixe Angical. Em virtude do cenário hídrico, a usina obteve uma produção anual 40,4% menor que a garantia física, totalizando 1.463.291,6 MWh gerados em 2017.

Em que pese tal contexto de geração, é importante destacar que o índice de disponibilidade (ID - 60 meses) verificado no mês de dezembro foi de 93,65%, percentual superior ao estabelecido pelos órgãos regulatórios como referência no setor elétrico. Tal questão apenas reforça o compromisso da Companhia para com a geração de energia elétrica em níveis de excelência.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à Taxa de Falhas. No ano de 2017 a taxa de falhas da UHE Peixe Angical foi de 1,16 falhas/ano. Este valor é calculado mensalmente, refletindo os últimos 12 meses (8.760 horas), por unidade geradora e por usina. Trata-se da menor taxa de falhas da UHE Peixe Angical, desde sua entrada em operação comercial, o que acaba por coroar o trabalho diário de excelência e controle operacional das instalações sob concessão da Companhia.

No ano de 2017 houve também a finalização do "Plano de Segurança de Barragens" da UHE Peixe Angical incluindo o Plano de Ações Emergenciais (PAE), o qual foi incorporado aos processos e procedimentos internos da Companhia, entrelaçando seu compromisso com a comunidade local, além de atingir maior confiabilidade e segurança em sua operação no Rio Tocantins.

2. PRÊMIOS E CONQUISTAS

A Companhia foi agraciada com a Medalha Eloy Chaves, concedida pela ABCE, a qual tem a função de premiar as empresas de energia elétrica de todo o Brasil, destacadas pela prevenção de acidentes de trabalho, inclusive aquelas que ainda não pertencem à Associação. A gratificação em questão foi concedida à Enerpeixe pelos mais de 8 (oito) anos sem acidentes.

Dando continuidade ao compromisso com a comunidade, a equipe de voluntariado da Enerpeixe conquistou o segundo lugar no "Desafio do Bem", evento promovido e patrocinado pelo Instituto EDP. A colocação da Companhia no desafio não é o fator mais relevante, na medida em que a real satisfação de todo voluntariado foi a contribuição para uma instituição que efetivamente precisava de ajuda, e agora pode ter suas atividades rotineiras facilitadas pelo trabalho realizado pelos voluntários. O evento foi destaque nos meios de comunicação da região, o que serviu para levar à comunidade o apelo de auxílio às instituições necessitadas e que cuidam dos menos favorecidos.

Findando-se o ano de 2017, foi realizada auditoria para recertificação do Sistema de Gestão Integrada e Sustentabilidade (SGIS) da Enerpeixe de acordo com as novas versões das normas de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança. Os auditores da empresa Bureau Veritas Certification analisaram todos os processos relacionados a Operação e Manutenção da UHE Peixe Angical e sua subestação 138 kV/500kV, destacando a gestão e performance técnica da usina, foco na sustentabilidade e expressiva marca de mais de 3.100 dias sem acidentes, recomendando a recertificação nas normas NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007.

Tal resultado demonstra o comprometimento da gestão e dos colaboradores da Enerpeixe na busca pela excelência operacional, preservação ambiental e valorização do ser humano.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2017 teve também a continuidade dos projetos sociais patrocinados pela Companhia, nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental, apoiando iniciativas de estudos e conservação do patrimônio cultural e natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos dentro da sua área de atuação.

O foco principal é a realização de atividades extracurriculares para crianças e adolescentes envolvidos em situação de vulnerabilidade, reduzindo suas chances de migrarem para um contexto de vida afeto a condutas ilegais.

Em uma iniciativa inédita, a Enerpeixe vem realizando o monitoramento de fumaça preta, o qual tem por objetivo o monitoramento da emissão de fumaça preta nas fontes fixas e móveis alimentados por óleo diesel da UHE Peixe Angical.

Tal monitoramento vem sendo realizado mensalmente para os veículos da frota própria, de forma a garantir o atendimento aos requisitos legais. Para os veículos movidos a óleo diesel, pertencentes aos fornecedores e prestadores de serviços que realizam visitas eventuais na UHE Peixe Angical, o monitoramento é realizado a cada evento, utilizando um opacímetro, para verificação da opacidade da fumaça emitida por veículos e geradores a diesel.

Com tal estudo, é possível manter todas as instalações dentro das recomendações ambientais, o que apenas reforça o compromisso da Companhia com relação ao meio ambiente equilibrado e saudável, preservando-o para a geração atual e para as futuras.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

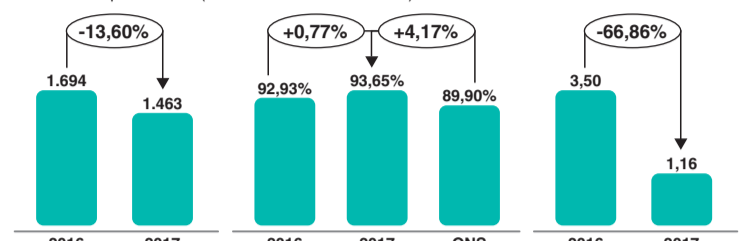
Localizada no Rio Tocantins, tendo a margem direita o município de São Salvador e a margem esquerda o município de Peixe ambos no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil, está situada a UHE Peixe Angical, operada e mantida pela Enerpeixe S.A.

Com 498,75 MW de capacidade instalada e 280,5 MW de energia assegurada, conforme a Portaria nº 11 do Ministério de Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a UHE tem a capacidade de atender a demanda de uma cidade com 4,0 milhões de habitantes.

Durante o exercício de 2017 com a prévia autorização do Operador Nacional do Sistema - ONS, a UHE realizou a manutenção programada de uma unidade geradora.

Ademais, a Companhia atingiu o Indicador de Disponibilidade (ID) na ordem de 93,65%, mesmo tendo realizado intervenções de grande porte.

A seguir demonstramos as variações entre os anos de 2017 e 2016 sobre a geração de energia elétrica, o índice de disponibilidade (média dos últimos 60 meses) e a taxa de falha da UHE.



Como consequência dos efeitos decorrentes da estiagem prolongada, a UHE realizou geração de energia elétrica em 2017 de 1.463 GWh inferior em 13,60% ao ano de 2016 que produziu 1.694 GWh, o índice de disponibilidade manteve-se em níveis de excelência superando o índice de referência da ONS em 4,17% e a taxa de falha apresentou redução no período comparativo. Os valores da taxa de falha foram de 1,16 em 2017 e 3,50 em 2016.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita com suprimento de energia elétrica

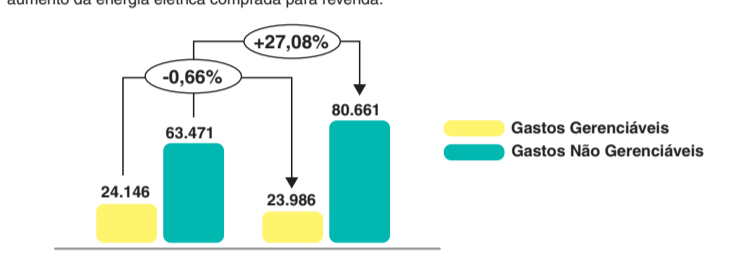
Para o exercício de 2017 a receita com suprimento de energia elétrica apresentou redução de 12% com o valor de R\$350.524 frente a R\$357.845 em 2016. Trata-se de sensível redução provocada pelo cenário energético.

5.2 Receita Operacional Líquida - ROL

A Receita Operacional Líquida - ROL apresentou aumento de 17,43% frente a 2016, especialmente por conta da renovação do planejamento tributário junto a Receita Federal do Brasil, realizando projeto para a revisão da alíquota de recolhimento do PIS/COFINS, com o intuito de reduzi-la e, consequentemente, ter os créditos dos valores recolhidos a maior (Planejamento tributário PIS/COFINS).

5.3 Gastos operacionais gerenciáveis e não gerenciáveis

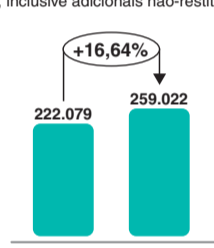
O grupo de Gastos gerenciáveis apresentou uma redução na realização de 0,66% devido ao gerenciamento dos gastos. Para os Gastos não gerenciáveis, a adição de 27,08% é resultante do aumento da energia elétrica comprada para revenda.



5.4 EBITDA

O exercício de 2017 demonstrou um acréscimo no EBITDA da Companhia de 16,64% frente a 2016, este efeito é resultante do Planejamento tributário PIS/COFINS, bem como do incentivo ADA ("Agência de Desenvolvimento da Amazônia").

Trata-se de incentivo fiscal destinado às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos, que resulta em uma redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, com fruição de dez anos.

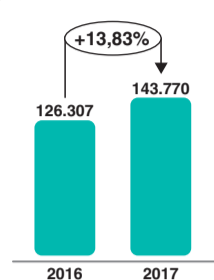


5.5 Resultado financeiro

O comparativo entre os exercícios de 2017 e 2016, demonstra que a receita financeira registrou um aumento de 826,47% (R\$59.720 em 2017 e R\$6.446 em 2016), que se deve ao Planejamento tributário PIS/COFINS. A despesa financeira registrou um aumento de 118,12% (R\$104.306 em 2017 e R\$47.824 em 2016), os principais componentes desta evolução foram o registro de juros e multa referente ao Planejamento tributário PIS/COFINS e registro de juros referente às emissões de Debêntures em dezembro de 2016 e novembro de 2017.

5.6 Lucro líquido

O lucro líquido em 2017 foi de R\$143.770, 13,83% maior que 2016 onde o resultado apurado foi de R\$126.307, decorrente do das variações mencionadas acima.



5.7 Redução do Capital social

Na continuidade da busca pela promoção do máximo retorno aos acionistas, a Enerpeixe iniciou novos estudos sobre otimização da estrutura financeira da Companhia, sendo certo que tais estudos acabaram por desaguar na conclusão de uma redução do Capital social da Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no Capital social. Tal operação foi realizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 31 de agosto de 2017.

Desta maneira, o Capital social da Companhia passou a ser de R\$ 282.627.747,78 (duzentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 833.252.089 (oitocentos e trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Face a redução de capital, os Senhores Acionistas aprovaram a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a correspondente alteração de seu artigo 5º, refletindo a redução do capital social indicada no item acima.

5.8 Endividamento

Para fazer frente a redução do Capital social da Companhia, a Enerpeixe houve por bem realizar a 2ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, mediante Oferta Restrita, no valor total de R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), série única, sendo emitidas 32.000 (trinta e duas mil) Debêntures, no valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, no dia 22 de dezembro de 2022.

Além dos valores utilizados para fazer frente ao reembolso pela redução do Capital social, a Companhia captou um valor extra para realizar sua realavancagem financeira.

Em garantia de todas as obrigações a serem assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, a Companhia realizou a cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, além de direitos creditórios.

6. CONCLUSÃO

A palavra de definição para o ano de 2017 foi inovação. A Companhia enfrentou diversos desafios ao longo do ano e, por meio da criatividade de seus funcionários, diretores e acionistas, conseguiu desenvolver projetos de alta rentabilidade e, acima de tudo, engajados com as políticas econômicas e sociais, sendo plenamente sustentáveis e duradouros, o que acaba por dar maior segurança a todos aqueles que estão engajados com a Companhia.

Após seu período de maturação, a Companhia vem se reinventando para solidificar-se como uma maximizadora de riquezas a seus acionistas, frente uma responsabilidade social, por meio, obviamente, da excelência de sua operação e manutenção, as quais cada vez mais são objeto de admiração e exemplo no Setor Elétrico Nacional.

Novamente, os aspectos políticos influenciaram negativamente na economia, razão pela qual houve sensível impacto em todos os setores produtivos do Brasil, pelo que o Setor Elétrico não conseguiu se safar, haja visto a continuidade da escassez de chuvas, a qual manteve em alerta o Operador Nacional do Sistema Elétrico, e também os demais agentes do setor, que tentaram de todas as formas e, com substancial sucesso, esparantar os efeitos de uma crise sem precedentes.

Neste panorama, a Enerpeixe, por estar inserida em um contexto global e de economia interligada, conseguiu, a duras penas, se sobressair com maestria, bem como controlar os impactos que assolaram o país, para que não houvesse abrupto atingimento da Companhia.

O ano de 2018 não será diferente. A expectativa é de que projetos continuem a ser lançados, objetivando redução de custos e melhorias, fortalecendo os pilares que norteiam esta Companhia: saúde e segurança em qualquer circunstância, excelência na operação e manutenção, compromisso com a comunidade local e meio ambiente e maximização dos lucros aos acionistas.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

	2017 (R\$ mil)			2016 (R\$ mil)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)		363.669			309.696	
Resultado operacional (RO)		206.019			171.908	
Folha de pagamento bruta (FPB)		10.243			9.842	
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	695	6,78%	0,19%	659	6,69%	0,21%
Encargos sociais compulsórios	1.830	17,86%	0,50%	1.733	17,61%	0,56%
Previdência privada	219	2,13%	0,06%	259	2,64%	0,08%
Saúde	696	6,80%	0,19%	644	6,54%	0,21%
Segurança e saúde no trabalho	69	0,67%	0,02%	55	0,56%	0,02%
Educação	48	0,47%	0,01%	64	0,65%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	145	1,47%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	12	0,12%	0,00%	10	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	840	8,20%	0,23%	653	6,63%	0,21%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	351	3,43%	0,10%	316	3,21%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	4.760	46,47%	1,31%	5.894	59,89%	1,90%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	59	0,03%	0,02%	40	0,02%	0,01%
Cultura	717	0,35%	0,20%	356	0,21%	0,11%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	140	0,07%	0,04%	80	0,05%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	11	0,01%	0,00%	55	0,03%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	926	0,45%	0,25%	531	0,31%	0,17%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	926	0,45%	0,25%	531	0,31%	0,17%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.633	1,76%	1,00%	2.256	1,31%	0,73%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.633	1,76%	1,00%	6.945	4,04%	2,24%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2017			2016	
Nº de empregados(as) ao final do período		48			53	
Nº de admissões durante o período		1			-	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		27			44	
Nº de estagiários(as)		-			-	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		ND			ND	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		9			12	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0%			0%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		2			5	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0%			0%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		-			-	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2017			2016	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		ND			ND	
Número total de acidentes de trabalho		-			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		governo: -1,3% acionistas: 18,6% colaboradores: 3,5% retido: 40% terceiros: 39,1%			governo: 19,5% acionistas: 34,2% colaboradores: 3,7% retido: 21,3% terceiros: 21,3%	
7 - Outras Informações						
A Enerpeixe não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente, não está envolvida em corrupção e valoriza e respeita a diversidade interna e externa.						
Informações não auditadas						

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)					
		Nota	31/12/2017	31/12/2016	
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	188.574	81.402		
Concessionárias	5	198.012	38.827		
Impostos e contribuições sociais	6	59.992	11.476		
Estoques		2.803	2.785		
Outros créditos		1.570	943		
Total do Ativo Circulante		450.951	135.433		
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	6	112.924			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	54.934	55.652		
Cauções e depósitos vinculados	9	2.253			
		170.111	55.652		
Imobilizado	10	1.404.055	1.447.480		
Intangível	11	116.603	124.206		
		1.520.658	1.571.686		
Total do Ativo Não Circulante		1.690.769	1.627.338		
Total do Ativo		2.141.720	1.762.771		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)					
		Nota	2017	2016	
Receitas	21	363.669	309.696		
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	22				
Custo do serviço de energia elétrica		(80.661)	(63.471)		
Custo de operação		(64.906)	(62.769)		
Lucro bruto		218.102	183.456		
Despesas e receitas operacionais	22				
Despesas gerais e administrativas		(11.909)	(11.309)		
Depreciações e amortizações		(181)	(239)		
Outras despesas e receitas operacionais		7			
		(12.083)	(11.548)		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		206.019	171.908		
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		59.720	6.446		
Despesas financeiras		(104.306)	(47.824)		
		(44.586)	(41.378)		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		161.433	130.530		
Tributos sobre o lucro	24				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(16.945)	(9.723)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(718)	5.500		
		(17.663)	(4.223)		
Resultado líquido do exercício		143.770	126.307		
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)					
ON		0,17254	0,15158		

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		2017	2016		
Geração do valor adicionado		354.764	358.654		
Receita operacional		350.524	357.845		
Receita relativa à construção de ativos próprios		4.233	717		
Outras receitas		7	92		
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(107.379)	(85.556)		
Custos da energia comprada		(51.107)	(36.843)		
Encargos de uso da rede elétrica		(35.557)	(33.098)		
Materiais		(3.302)	(970)		
Serviços de terceiros		(12.669)	(11.241)		
Outros custos operacionais		(4.744)	(3.404)		
Valor adicionado bruto		247.385	273.098		
Retenções					
Depreciações e amortizações		(55.254)	(52.321)		
Valor adicionado líquido produzido		192.131	220.777		
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		61.676	6.760		
Valor adicionado total a distribuir		253.807	227.537		
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		8.932	8.471		
Remuneração direta		6.226	5.956		
Benefícios		2.228	2.153		
F.G.T.S.		478	362		
Impostos, taxas e contribuições		(3.812)	44.325		
Federais		(3.910)	44.144		
Estaduais		73	149		
Municipais		25	32		
Remuneração de capitais de terceiros		104.917	48.434		
Juros		104.306	47.824		
Aluguéis		611	610		
Remuneração de capital próprio		46.700	77.783		
Juros sobre capital próprio		46.700	77.783		
Lucros retidos		97.070	48.524		
		253.807	227.537		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Constituída em 2º de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. (“Companhia” ou “Enerpeixe”), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no ambiente de contratação regulada (ACR) assim como no ambiente de contratação livre (ACL).

1.1 Contrato de Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completam os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifa definida pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$254.630 (R\$263.069 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças contábeis adotadas nas companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração de valor adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprécisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 12); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 7); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 26); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 18.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)					
		Nota	31/12/2017	31/12/2016	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	12	336.507	93.493		
Impostos e contribuições sociais	6	82.637	24.085		
Dividendos	13	39.695	66.115		
Debêntures	14	178.570	2.299		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	1.294	1.519		
Encargos regulatórios e setoriais	15	5.259	1.683		
Uso do bem público	16	22.969	23.284		
Provisões	18	2.328	1.787		
Outras contas a pagar		192	96		
Total do Passivo Circulante		666.451	214.361		
Não Circulante					
Debêntures	14	492.997	348.332		
Uso do bem público	16	231.391	239.785		
Provisões	18	20.876	22.358		
Total do Passivo Não Circulante		745.264	610.475		
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	282.628	532.628		
Reservas de capital	20.3	18.546	18.546		
Reservas de lucros	20.3	428.831	386.761		
Total do Patrimônio Líquido		730.005	937.935		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.141.720	1.762.771		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
			2017	2016	

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		161.433	130.530		
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Depreciações e amortizações		53.003	50.171		
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		7			
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		42.689	3.569		
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		13.404	31.969		
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.369	(1.179)		
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		12.307	15.053		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(31.373)	(381)		
Outros			42		
		252.839	230.774		
(Aumento) Diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		(159.185)	27.532		
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(28.992)	(6.948)		
Estoques		(18)	(293)		
Cauções e depósitos vinculados		(2.253)			
Outros ativos operacionais		(558)	126		
		(191.006)	20.417		

Aumento (Diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		243.014	45.766		
Outros tributos e contribuições sociais		(60.515)	(11.748)		
Obrigações estimadas com pessoal		(225)	170		
Encargos regulatórios e setoriais		(11.800)	(16.073)		
Provisões		(2.310)	(1.401)		
Uso do bem público		(22.113)	(20.329)		
Outros passivos operacionais		96	(494)		
		146.147	(4.109)		
Caixa proveniente das atividades operacionais		207.980	247.082		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		204.273	240.991		

Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.233)	(2.097)		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(4.233)	(2.097)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento (Redução) de capital líquido do custo de emissão		(250.000)	(350.000)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(121.115)	(237.500)		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		317.980	347.062		
Pagamento de encargos de dívidas		(39.733)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(92.868)	(240.438)		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		107.172	107.172		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		188.574	81.402		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		81.402	82.946		
		107.172	(1.544)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)						
		Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		882.628	18.546	502.030	-	1.403.204
Redução de capital - AGE de 08/07/2016		(350.000)				(350.000)
Dividendo						

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos no resultado do exercício, decorrente das mudanças descritas acima, estão demonstrados a seguir:

Receita líquida		40.003	
Resultado financeiro			
Receita financeira		37.798	
Despesa financeira		(14.438)	
		23.360	
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(21.543)	
		(21.543)	
		41.820	

Os demais efeitos decorrentes da nova apuração estão demonstrados na nota 6.

3.3 2º Emissão de debêntures

Em decorrência de plano de otimização da estrutura financeira da Companhia, em 20 de novembro de 2017 houve a 2ª emissão de Debênture no valor total de R\$320.000, com a finalidade de realavancagem operacional e redução do Capital Social.

3.4 Redução de Capital

Como ato contínuo ao plano de otimização da estrutura financeira da Companhia, em 27 de novembro de 2017 após a obtenção das autorizações necessárias promoveu a redução do Capital Social em R\$250.000. O recurso foi integralmente repassado aos acionistas na proporção das ações (nota 20.1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento		31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras		1.983	1.092
Certificados de depósitos bancários - CDB		178.809	80.310
Operações compromissadas latreadas em Debêntures		7.782	
Total		188.574	81.402

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.2.1.1.

5 Concessionárias

Circulante		31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		26.751	29.163
Energia de curto prazo		171.261	9.664
		198.012	38.827

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A energia negociada de curto prazo demonstra uma elevação nos saldos em 31 de dezembro de 2017 quando comparados aos valores apresentados em 31 de dezembro de 2016, esta variação tem como fundamento a não liquidação integral da CCEE dos valores retidos em virtude das liminares vigentes dos agentes do setor elétrico para o GSF (*Generation Scaling Factor*). A estratégia elaborada para a proteção do caixa da Enerpeixe teve como princípio manter aproximadamente 17% da garantia física descontratada para negociação via PLD (Preço de liquidação das diferenças) na CCEE e com o aumento do PLD os valores a receber sofreram elevação assim como os valores registrados em fornecedores.

Em 7 de fevereiro de 2018 a principal liminar que limita os efeitos do GSF foi cassada, conforme descrito na nota 30, a Administração da Companhia está avaliando a forma e a data da liquidação do valor pela CCEE.

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

6 Partes relacionadas

Concessionárias	Relacionamento	Preço praticado RS/MWh	Duração		
Suprimento de energia elétrica					
EDP São Paulo	Controle comum	219,29	01/10/2003 a 31/01/2016		17,784
EDP São Paulo	Controle comum	209,05	01/10/2003 a 31/01/2016		6,322
EDP Espírito Santo	Controle comum	216,64	23/12/2002 a 31/01/2016		8,688
EDP Espírito Santo	Controle comum	156,24	01/01/2016 a 31/12/2018	7	11
EDP Comercializadora	Controle comum		1/1/2015 a 31/01/2017		1,814
EDP Comercializadora	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2018	6,711	6,514
EDP Comercializadora	Controle comum		1/1/2016 a 31/12/2019	18,948	18,757
EDP Comercializadora	Controle comum		1/05/2017 a 31/12/2017		6,138
EDP PECÉM	Controle comum	83,43	1/07/2016 a 31/07/2016		
EDP PECÉM	Controle comum	114,58	1/08/2016 a 31/08/2016		
EDP PECÉM	Controle comum	82,18	1/02/2017 a 28/02/2017		4,867
EDP Lajeado	Controle comum	108,68	1/1/2016 a 31/12/2016		939
	Total Concessionárias	25.666	27.096	6.138	-
Outras contas a pagar					
Compartilhamento de custos jurídicos					
Energist	Controle comum		Duração do processo		(11)
Prestação de serviços de reparos					
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		15/09/2015 a 15/03/2016		(379)
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		30/08/2017 a 09/10/2017		(25)
Total Outras contas a pagar					(36)
Fornecedores					
Encargos de uso da rede básica					
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador			590	285
				590	285
				590	285
	Total Fornecedores			-	-
	Total Circulante			27.096	
	Total Não circulante				
	Total Resultado				255.324

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

8.1 Remuneração dos administradores

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2017 (valores demonstrados em R\$):

	2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros		5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)		80.262	682.336	762.598
Salário ou pró-labore		66.885	519.547	586.432
Encargos sociais		13.377	162.789	176.166

8.1.2 Remuneração individual máxima, mínima e média anual do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2017 (valores demonstrados em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	2.447	26.028
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	2.447	22.904
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	2.447	24.466

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 13 de março de 2017, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 2.100.000,00 para o período de abril de 2017 a março de 2018 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do parágrafo único do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante
	31/12/2017
Cauções e depósitos vinculados	2.253
Total	2.253

Em março de 2017 a Companhia realizou um depósito judicial recursal para atendimento aos procedimentos jurídicos adotados. A ação objeto do recolhimento aborda custos relacionados a construção da estrada de acesso para a UHE Peixe Angical na época da implantação do empreendimento.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que começou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016 tendo como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. No caso da Companhia em regime de Produtor Independente, entende-se que existe o direito a indenização, caso esteja previsto no contrato de concessão, do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes. Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo de indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis à União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

		31/12/2017			31/12/2016		
	Taxas anuais	Custo Depreciação	Valor	Taxas anuais	Custo Depreciação	Valor	
	médias de	histórico	acumulada	médias de	histórico	acumulada	
	depreciação %		líquido	depreciação %	histórico	acumulada	
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terenos		13.155	13.155	13.023	13.023	13.023	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	854.155	(191.198)	662.957	1,91	853.746	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,10	260.940	(62.192)	198.748	2,09	259.858	
Máquinas e equipamentos	3,16	754.142	(257.846)	496.296	3,12	745.841	
Veículos	15,04	2.857	(1.230)	1.627	14,15	1.934	
Móveis e utensílios	13,40	2.388	(682)	1.706	8,68	1.045	
		1.887.637	(513.148)	1.374.489	1.875.447	(465.631)	
					(465.631)	1.409.816	
Administração							
Máquinas e equipamentos	3,12	13	(10)	3	3,12	13	
Móveis e utensílios	11,33	681	(392)	289	8,68	609	
		694	(402)	292	622	(349)	
Total do Imobilizado em serviço		1.888.331	(513.550)	1.374.781	1.876.069	(465.980)	
Imobilizado em curso							
Geração		29.274	29.274	37.391	37.391	37.391	
Total do Imobilizado em curso		29.274	-	29.274	37.391	-	
Total Imobilizado		1.917.605	(513.550)	1.404.055	1.913.460	(465.980)	

10.1 Mutação do imobilizado

	Valor líquido	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido
	31/12/2016		em serviço				31/12/2017
Imobilizado em serviço							
Terenos	13.023		132				13.155
Reservatórios, barragens e adutoras	679.727		409	(17.179)			662.957
Edificações, obras civis e benfeitorias	203.129		1.082	(5.463)			198.748
Máquinas e equipamentos	512.353		8.300	(24.354)			496.299
Veículos	1.081		924	(378)			1.627
Móveis e utensílios	776		1.415	(196)			1.995
Total do Imobilizado em serviço	1.410.089	-	12.262	(47.570)	-	-	1.374.781
Imobilizado em curso	37.391	3.980	(12.262)	(7)		172	29.274
Total do Imobilizado	1.447.480	3.980	-	(47.570)	(7)	172	1.404.055

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em	Atualização	Adiantamentos/	Compensação	Reclassi-	Transfe-	Saldo em
	31/12/2016	Adição	monetária	Pagamentos	de tributos	ficação	31/12/2017
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	10.439	8.604	159				(6.018)
PIS e COFINS	184	18.866	50.113		(5.660)		94.707
IRRF sobre aplicações financeiras	853	1.522					(853)
Total	11.476	28.992	50.272	-	(5.660)	-	87.836
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	9.721	16.945	4.111	(3.707)			(6.871)
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	265		(266)			18
PIS e COFINS	2.233	(17.429)	15.416	(15.554)	(5.660)	(88.924)	111.883
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	380	1.200		(1.302)			278
IRRF sobre juros s/capital próprio (Nota 6.1)	11.667	7.005		(11.667)			7.005
Parcelamento	-		(628)	(18.060)		88.924	(17.176)
Encargos com pessoal	65	1.308		(1.261)			112
Total	24.085	9.294	18.899	(51.817)	(5.660)	-	87.836

Conforme descrito na nota 3.2, em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu a opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13), com retenção de R\$7.005, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2018.

7 Impostos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados sobre as diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 Debêntures		14.1 Debêntures															
Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2017				31/12/2016			
										Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	Dez/2016 a Nov/2019	22/11/2016 a 22/11/2019	Otimização da estruturação financeira	114,5% do CDI a.a.	Principal anual a partir de novembro/2018 dos juros semestral Amortização mensal	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	2.848	175.000	175.000	352.848	3.471	350.000	353.471
(-) Custos de emissão												(1.127)	(540)	(1.667)	(1.172)	(1.668)	(2.840)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	Nov/2017 a 20/12/2022	20/11/2017 a 20/12/2022	Rea-avancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e dos juros semestral Amortização mensal	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	2.321		320.000	322.321			
(-) Custos de emissão												(472)	(1.463)	(1.935)			-
											5.169	173.401	492.997	671.567	3.471	(1.172)	348.332

14.2 Mutação das Debêntures						
	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante						
Juros	3.471		41.431	175.000	(39.733)	180.169
Custo de transação	(1.172)			1.685	1.258	(1.599)
Total	2.299		41.431	173.315	(38.475)	178.570
Não Circulante						
Principal	350.000	320.000		(175.000)		495.000
Custo de transação	(1.668)	(2.020)		1.685		(2.003)
Total	348.332	317.980		(173.315)		492.997

14.3 Vencimento das parcelas	
Circulante	2018
	178.570
Total	178.570
Não circulante	
2019	173.901
2020	106.151
2021	106.322
2022	106.623
Total	492.997
As emissões de Debêntures efetuadas pela Companhia não são conversíveis em ações e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.	
As principais cláusulas prevendo a rescisão nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.	
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.	
(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;	
(ii) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;	
(iii) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.	

15 Encargos regulatórios e setoriais						
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:						
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Pagamentos	Saldo em 31/12/2017	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.575	7.397		(7.235)	1.737	
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		3.637	69	(3.290)	416	
Taxa de fiscalização - ANEEL		108	1.273	(1.275)	106	
Total	1.683	12.307	69	(11.800)	2.259	
Circulante	1.683			2.259		
Total	1.683			2.259		

16 Uso do bem público						
16.1 Mutação do UBP - Uso do bem público						
	Saldos em 31/12/2016	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Amortizações	Transferência	Saldos em 31/12/2017
Circulante						
Uso do Bem Público	23.284	9	(194)	(22.113)	21.983	22.969
Total	23.284	9	(194)	(22.113)	21.983	22.969
Não Circulante						
Uso do Bem Público	239.785	15.956	(2.367)	-	(21.983)	231.391
Total	239.785	15.956	(2.367)	-	(21.983)	231.391

17 Obrigações estimadas com pessoal			
		31/12/2017	31/12/2016
Folha de pagamento		1.127	1.309
INSS e FGTS		167	210
Total		1.294	1.519
Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.			

18 Provisões				
	Nota	Circulante	Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Licenças ambientais	18.1	2.328	1.787	20.876
		2.328	1.787	20.876
As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.				

18.1 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Peixe Angical, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, reposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a R1ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$3.634 (R\$2.256 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R\$2.310 (R\$1.400 em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.324 (R\$856 em 31 de dezembro de 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2016	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2017
Licenças ambientais						
Circulante	1.787	(2.310)	575	2.294	(18)	2.328
Não circulante	22.358		(140)	(2.294)	952	20.876
Total	24.145	(2.310)	435	-	934	23.204

18.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.

Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

18.2.1 Risco de perda possível

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	31/12/2016	Ativo Depósito Judicial (Nota 9)	31/12/2017
Trabalhistas	184	77		
Cíveis	35.517	21.604		2.253
Fiscais	28.682	27.404		
Total	64.383	49.085		2.253

18.2.1.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial e extraordinário nos quais aguardam juízo de admissibilidade pelo TRF. Em 18 de abril de 2017, a União interpôs recurso especial e a APINE apresentou as contrarrazões. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$21.721 (R\$7.618 em 31 de dezembro de 2016).

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.779 (R\$6.221 em 31 de dezembro de 2016), sendo a redução do período decorrente da atualização dos eventuais impactos financeiros no processo.

Proteção no MRE

Trata-se de ação sob o procedimento comum ajuizada no qual a Companhia é parte, objetivando, antecipação da tutela para suspender os efeitos da decisão tomada pela CCEE diante da liminar obtida pela Santo Antonio Energia S.A. - SAESA, e, em caráter definitivo que a CCEE, se abstenha de imputar-lhes os ônus financeiros das decisões judiciais obtidas pela Santo Antonio Energia S.A. - SAESA de forma a não frustrar o montante de energia alocado à Companhia, na próxima liquidação e nas seguintes, considerando os procedimentos de contabilização e de recontabilização.

Concedida liminar, foi proferida sentença de mérito no mês de novembro de 2017, confirmando a liminar outrora concedida, para declarar a nulidade da decisão da CCEE em relação à Companhia, de imputar aos demais agentes do MRE os efeitos da proteção econômico-financeira obtida judicialmente pela SAESA nos Agravos de Instrumento nº 0036475-62.2015.4.01.0000/DF e nº 0025473-32.2014.4.01.0000/DF, e determinar à CCEE que se abstenha de imputar os ônus financeiros das decisões judiciais, independentemente do mês de competência a que se retiraram, relativas aos Fator de Indisponibilidade - FID - da UHE Santo Antônio. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$4.873 (R\$3.304 em 31 de dezembro de 2016).

18.2.1.2 Fiscais

A Companhia através do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009 foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. No dia 18 de dezembro de 2015 através do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma da DRJ/BSB, a Enepeixe obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos da defesa apresentada pela Enepeixe, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, exonerando esta Companhia do pagamento da penalidade. Trata-se de uma decisão que pende de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$18.729 (R\$17.992 em 31 de dezembro de 2016).

O processo de nº 2014/6870/500317, refere-se a escrituração de documentos no âmbito da fazenda estadual do Tocantins, o auto de infração menciona possíveis variações nos livros de entrada da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o processo possui o valor de R\$4.250 (R\$3.951 em 31 de dezembro de 2016).

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui no exercício com R\$165. Esse plano tem a adesão de 32 colaboradores.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017		
Acionistas	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	169.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	113.051
	833.252.089	100%	282.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Encargos	31/12/2017				31/12/2016			
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Redução de Capital social - Enepeixe								
A Companhia, em AGE realizada em 31 de agosto de 2017, deliberou pela redução de seu capital social no montante de R\$250.000, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. A referida redução foi anuída pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.179/17. A redução foi concluída após a entrada de recursos da 2ª Emissão de Debêntures da Enepeixe. Os recursos relativos a redução do Capital Social foram integralmente creditados aos acionistas em 27 de novembro de 2017, na proporção da participação acionária.								
20.2 Destinação do lucro								
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:								
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva legal que não excederá 20% do Capital social;								
(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;								
(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e								
(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.								
Conforme descrito no item (iii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.								
Lucro líquido apurado no exercício								31/12/2017
Destinação do lucro:								143.770
Dividendos intermediários - JSCP								46.700
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE								21.368
Dividendo adicional proposto								75.702
Dividendos por ação - R\$ - JSCP								0,05604547
20.3 Reservas								
Reservas de capital								
Incentivos fiscais								18.546
								18.546
Reservas de lucros								
Reserva legal	20.3.1				73.634			73.634
Retenção de lucros	20.3.2				42.173			97.173
Dividendo adicional proposto	20.3.3				75.702			
Incentivos fiscais	20.3.4				237.322			215.954
					428.831			386.761
					447.377			405.307

20.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do Lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social. Não foi constituída Reserva legal no exercício de 2017, uma vez que a mesma excedeu o montante de 20% do Capital social da Companhia.

20.3.2 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A redução da rubrica no montante de R\$55.000 foi em consequência do pagamento de dividendos extraordinários conforme descrito na nota 13.

20.3.3 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20.3.4 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de capital			
Incentivos fiscais		18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Reserva legal	20.3.1	73.634	73.634
Retenção de lucros	20.3.2	42.173	97.173
Dividendo adicional proposto	20.3.3	75.702	
Incentivos fiscais	20.3.4	237.322	215.954
		428.831	386.761
		447.377	405.307

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de fundos.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• **Valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Emprestimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa		4				
Aplicações financeiras		Nível 2	186.591	80.310	186.591	80.310
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa		4				
Bancos conta movimento			1.983	1.092	1.983	1.092
Concessionárias		5	198.012	38.827	198.012	38.827
			386.586	120.229	386.586	120.229
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores		12	336.507	93.493	336.507	93.493
Debêntures		14	672.649	350.631	671.567	350.631
Uso do bem público		16	254.360	263.069	254.360	263.069
			1.263.516	707.193	1.262.434	707.193

25.1.2 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&Fbovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro: (i) Debêntures: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e (ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representava o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.1.2.1 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento. Não houve alteração na classificação dos níveis de Instrumentos Financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 14, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentagão S.A. e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e as peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil nos ativos e passivos financeiros avaliados na Companhia.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Acima de 5 anos Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%	
		Até 1 ano	2 a 5 anos						
Ativos financeiros									
Aplicações Financeira - CDB	CDI	10.014		2.121	12.135	3.034	6.067	(3.034)	(6.067)
Instrumentos financeiros ativos									
Debêntures	CDI	10.014 (76.543)	- (127.671)	2.121	12.135 (204.214)	3.034 (49.636)	6.067 (98.780)	(3.034) 50.121	(6.067) 100.800
Instrumentos financeiros passivos									
		(76.543) (66.529)	(127.671) (127.671)	- 2.121	(204.214) (192.079)	(49.636) (46.602)	(98.780) (92.713)	50.121 47.087	100.800 94.733

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 15,00% e 10,00% e TJLP em 5,50%.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as captações efetuadas pela Companhia são apresentadas na nota 14.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Luiz Otavio Assis Henriques Presidente		
José Marcio Peralta Conselheiro		Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	
Marcus Vinicius Vaz Conselheiro		Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheiro	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Enerpeixe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

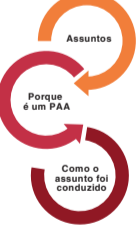
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Efeitos de liminares sobre a aplicação do fator de ajuste de energia (Notas 12 e 5)	
O volume de energia gerado e vendido pela Enerpeixe depende das condições hidrológicas, que tem se mostrado crítica nos últimos anos. Esse cenário tem provocado diminuição da produção de energia hidráulica e aumentado os custos de energia, com a exposição das empresas geradoras aos efeitos do <i>Generation Scaling Factor</i> (GSF). A Enerpeixe é beneficiária de ação judicial e respectiva decisão liminar visando prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do GSF e do PLD com liquidações ao preço máximo. No final de 2015, o governo federal promulgou Lei com opção para que os geradores repactuassem o risco hidrológico, que não foi exercida pela Companhia e outros agentes. Desde 2017, a ANEEL está discutindo por meio de audiência pública uma nova proposta de repactuação, objetivando destravar o setor. Em função da liminar, a Companhia provisiona os correspondentes valores em aberto na conta de fornecedores. Por outro lado, os valores a receber também têm sido impactados, na medida em que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE não tem feito a liquidação de valores a receber da Companhia em virtude das liminares dos agentes do setor elétrico. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e incertezas na conclusão do processo.	Obtivemos e discutimos com a administração a posição atualizada dos assessores jurídicos sobre o processo, testamos os saldos contabilizados em relação às notas de liquidação da CCEE, e avaliamos as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras da Companhia.
Efeitos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (Nota 6)	
Em decorrência da evolução de entendimentos em relação ao regime de tributação do PIS e da COFINS, a Companhia revisou suas transações e identificou contratos de venda de energia com possibilidade de enquadramento no regime cumulativo, no lugar do regime não cumulativo, utilizado até o exercício anterior. Assim, efetuou o recálculo do PIS e COFINS dos últimos 60 meses - período não prescrito - incluiu os débitos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e contabilizou créditos apurados em seu ativo. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores e por envolver diferentes normas tributárias ao longo do período recalculado.	Consideramos que os julgamentos da administração estão suportados pelas opiniões de assessores jurídicos, que os valores contabilizados refletem as notas de liquidação da CCEE e que as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações e documentos obtidos. Efetuamos leitura de estudo específico, contratado pela Companhia, confirmando o entendimento em relação ao assunto. Nossos testes revelaram que os valores apurados são aderentes às leis tributárias aplicáveis, incluindo os débitos incluídos no PERT, e que as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as informações relevantes relacionadas.



A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2017 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2017					31/12/2016	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	12.509		323.998			336.507	93.493
Debêntures			178.570	492.997		671.567	350.631
Uso do bem público	1.817	5.398	15.754	90.255	141.134	254.360	263.069
	14.326	5.398	518.322	583.254	141.134	1.262.434	707.193

25.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante, ficou negativo em R\$215.500 em 31 de dezembro de 2017 (R\$78.928 em 31 de dezembro de 2016), valor este decorrente do GSF registrado na rubrica de fornecedores, a qual estava amparada por medida judicial de natureza liminar, que foi cassada em 07 de fevereiro de 2018. O referido valor não leva em consideração os créditos existentes em favor da Companhia, os quais serão contabilizados quando da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo (MCP), hipótese em que haverá a encontro de contas nas posições credora e devedora da Companhia.

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

25.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, abaixo os efeitos ocorridos nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento:

	Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2016	Pagamentos	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2017
Capital social	532.628	(250.000)		282.628
Dividendos	66.115	(121.115)	94.695	39.695
Debêntures	350.631	278.247	42.689	671.567
	949.374	(92.868)	137.384	993.890

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de Juros sobre o capital próprio a pagar no valor de R\$39.695 (R\$66.116 em 2016), atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2017				31/12/2016	
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	250	455	419		1.124	292
Compra de Energia						241
Materiais e Serviços	16.024	16.498	2.950	12.754	48.226	37.735
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	76.543	84.402	24.707		185.652	96.897
	92.817	101.355	28.076	12.754	235.002	135.165

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto de 8,90%.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Fiança bancária	Outros	5.946	5.393
Penhor de Direitos	Debêntures	675.169	353.471
		681.115	358.864

29 Cobertura de seguros

A Companhia